

MARY DEL PRIORE

SOBREVIVENTES E GUERREIRAS

**Uma breve história
da mulher no Brasil
de 1500 a 2000**



TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Mary del Priore, 2020
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2020
Todos os direitos reservados.

Preparação: Thais Rimkus
Revisão: Ana Tereza Clemente e Carmen T. S. Costa
Diagramação: Vivian Valli
Capa: Tereza Bettinardi
Ilustrações de capa: Maria Júlia Moreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

del Priore, Mary, 1952-
Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil: 1500-2000 /
Mary del Priore. – São Paulo: Planeta, 2020.
256 p.

ISBN 978-65-5535-156-9

1. Mulheres - Brasil - História 2. Mulheres - Aspectos sociais - Brasil
3. Mulheres - Violência I. Título

20-2713

CDD 305.40981

Índices para catálogo sistemático:
1. Mulheres - Brasil - História

2020
Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Planeta do Brasil Ltda.
Bela Cintra, 986 – 4ª andar – Consolação
01415-002 – São Paulo-SP
www.planetadelivros.com.br
faleconosco@editoraplaneta.com.br

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.	7
NO INÍCIO ERA O PATRIARCADO.	10
O COMEÇO DO COMEÇO.	13
A VIAGEM DO PATRIARCALISMO.	18
AMOR E DESAMOR ENTRE AFRODESCENDENTES	26
OUTROS CASAIS.	32
DORMINDO COM O INIMIGO.	34
AO SUL DO CORPO.	42
O PODER ENTRE AS PERNAS	49
DA ENXADA À CASA-GRANDE.	55
DO CAMPO PARA A CIDADE.	61
O PEQUENO COMÉRCIO DAS RUAS: UM ELEVADOR SOCIAL. .	63
MULHERES NOS TEMPOS DE EL-REI	68
MUDANÇAS À SOMBRA DOS CAFEZAIS.	80
O OUTONO DA ESCRAVIDÃO.	85
ABOLICIONISMO: SÓ PARA HOMENS?	89
MODOS DE MULHER.	94
SEIO NEGRO, SEIO BRANCO.	100
MULHERES E LIVROS: ESCRITAS E LEITURAS FEMININAS. .	105
LAR, DOCE LAR.	112
PROSTITUTAS NO FIN DE SIÈCLE, INIMIGAS DA VIDA FAMILIAR.	119

PELO BURACO DA FECHADURA.	125
OPERÁRIAS E TRABALHADORAS.	131
VIOLÊNCIA? PRESENTE!.	139
NA REPÚBLICA VELHA, NOVIDADES.	143
RACHADURAS NO PATRIARCALISMO E	
A CHEGADA DO FEMINISMO.	151
ELAS NO PALCO, NAS ONDAS DO RÁDIO E NAS TELAS.	158
MULHERES DOS SERTÕES.	169
MOBILIDADE, CIRCULAÇÃO E RACISMO.	174
MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS.	182
A CHEGADA DE UMA ALIADA: A PÍLULA.	192
NOVOS TEMPOS, NOVAS FAMÍLIAS.	200
E ELES?	210
REAÇÕES E VIOLÊNCIA.	215
MULHERES NOS ANOS DE CHUMBO E	
MULHERES NOS ANOS DE OURO.	220
FEMINISMOS NO PLURAL.	226
NASCER MULHER, TORNAR-SE MULHER E DEPOIS.	233
 BIBLIOGRAFIA.	 241

NO INÍCIO ERA O PATRIARCADO

Em agosto de 1980, Belo Horizonte, Eduardo de Souza Rocha sacou o revólver e deu seis tiros na esposa, Maria Regina. A razão? Ela voltara de férias no Rio de Janeiro fumando, usando biquíni e assistindo a um seriado sobre uma socióloga divorciada, *Malu Mulher*. Ele foi julgado por crime cometido em legítima defesa da honra. Em julho de 1985, no Rio de Janeiro, Mônica Granuzzo, jovem de catorze anos, depois de ter sido espancada, foi empurrada por seus agressores da sacada de um apartamento na Lagoa. Pancadaria em público não faltava. Geni Nascimento de Oliveira, 23 anos, foi agredida a socos e pontapés por um agente administrativo da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, a Cedae. Razão? Ela reclamou de falta de água. Todos os homens citados são modelos de patriarcalismo machista.

E o que seria isso? Identificado nos dicionários com as organizações sociais em que a descendência é patrilinear e a autoridade e a dignidade do chefe de família são veneradas e respeitadas, o patriarcado está presente em quase todas as culturas do mundo e se define como sistema em que os homens têm a tarefa de alimentar e proteger a família, assumindo todas as funções fora de casa. Às mulheres cabem a organização do lar e a educação dos filhos. Em 1945, o dicionarista Francisco Fernandes definia “patriarcal” como sinônimo de “bondoso”, “indulgente” e “pacífico”.

As palavras, porém, também têm história e mudam de sentido. A partir dos anos 1970, o conceito passou a ser utilizado pelo feminismo para designar um sistema social de opressão das mulheres pelos homens. Começou, então, a ser criticado e contestado. Causa de todos os males, “patriarcado”, assim como

o adjetivo “patriarcal”, passou a ser usado para classificar relações desiguais e as sociedades em que homens exploram, desrespeitam e maltratam mulheres. De onde vem o patriarcado e quais são as causas de sua incrível estabilidade ao longo dos tempos, sob diversos regimes políticos ou religiões? Vamos começar do começo.

O paleolítico superior foi uma era glaciária que se estendeu de 45000 a.C. anos a 1000 a.C., na Europa. Os humanos de então eram caçadores coletores que talhavam objetos elaborados, matavam grandes herbívoros, colhiam plantas selvagens e decoravam grutas, e a presença de cães e de arcos entre eles só apareceu no fim do período. Graças a comparações etnológicas, sabe-se que nessa época nasceu a divisão de trabalho entre homens e mulheres. Em 186 sociedades localizadas entre África, Mediterrâneo, Eurásia, Pacífico e Américas, aos homens ficavam reservadas a caça, as operações de corte de carne que serviriam de comida e a transformação de materiais duros em utensílios. As mulheres se encarregavam das crianças, do preparo de alimentos, da manutenção do fogo e do trabalho de fiação, de tecelagem e cerâmica; além disso, colaboravam com colheita de frutos e captura de pequenos animais.

Vários argumentos serviram para explicar tal divisão de tarefas: aos homens seriam dadas as funções mais pesadas, enquanto as mulheres seriam preservadas – decisão que assegurava a reprodução. Para eles, o risco de morte; para elas, a certeza da vida. No entanto, pode-se questionar essa informação, e estudiosos de pré-história hoje se perguntam: cabia só a eles a distribuição da caça? Na hora de abater e retalhar bisões, mamutes e renas, estariam os homens sozinhos ou as mulheres os ajudavam? Se fossem encarregadas de transportar alimentos e crianças de um lado para o outro, não teriam elas inventado cestas, cordas e instrumentos para cortar vegetais? Estariam presentes ou seriam, elas mesmas, autoras de pinturas no interior das cavernas?

Em muitas culturas, a mulher tinha liberdade e gozava de prestígio. Segundo a arqueóloga Marija Gimbutas, essa tese é sustentada pela proliferação de representações artísticas sobre o corpo feminino na forma de estátuas, testemunhas do culto de uma deusa-mãe. Com púbis, seios e ancas acentuadas, tais imagens remetem à possível existência de uma sociedade do tipo matriarcal no fim do paleolítico superior. Fundada na igualdade de tarefas, paz e respeito à vida, ela teria triunfado na Europa antes da chegada de invasores portadores de uma cultura de guerra. No entanto, a ausência de fontes escritas e raros documentos tornam apressada qualquer hipótese sobre tão abrangente época.

Em relação às intrépidas amazonas, antes consideradas fruto da imaginação masculina, temos várias evidências arqueológicas – com sua imagem reproduzida em baixos-relevos, nos quais aparecem a cavalo, com calças bufantes e boné, e

também em registros levantados pelos historiadores da Antiguidade. Os povos situados entre a Grécia, a Rússia e a China conviveram com elas. Corridas, jogos equestres de risco, guerras e batalhas, além do fato de serem enterradas lado a lado com os homens, honraria dada somente a guerreiros, comprovam a existência dessas mulheres que, ao contrário da lenda, tinham seios e não eram lésbicas.

No início de nossa era geológica, há dez mil anos, o clima esquentou. A sedentarização e a invenção da agricultura transformaram as sociedades, a hierarquia social, a estratificação política e a luta por territórios. Os homens ficaram em evidência. Desde então, baixos-relevos exibem caçadores matando grandes animais, e pinturas rupestres mostram arqueiros atirando contra manadas de alces ou renas. As mulheres são retratadas colhendo mel. No neolítico, a divisão sexual do trabalho se acentuou. Coube aos homens abrir clareiras para plantações, domesticar animais, fabricar utensílios e construir a habitação. Às mulheres, a coleta de lenha e frutos, a fabricação de vestimentas, o preparo dos alimentos e o cuidado com as crianças. Esse trabalho era feito próximo às habitações, o que contribuiu para criar os primeiros espaços domésticos. Mulheres dentro, homens fora. A agricultura e a criação de animais, capazes de nutrir grande número de pessoas, aumentaram a taxa de natalidade. A sedentarização permitiu mais nascimentos, embora já se conhecessem a amenorreia de lactação e o infanticídio como forma de controle do tamanho das famílias.

O crescimento demográfico no neolítico constituiu uma ruptura na história das mulheres, que se tornaram cada vez mais “mães”. Entre os filhos, uma divisão operava: somente os homens sucediam aos pais no comando dos grupos. O desenvolvimento da agricultura foi correlato à emergência de sistemas patrilineares: as mulheres, confinadas ao espaço doméstico, à sedentarização e ao aumento da família; os homens, senhores de novas formas de poder representadas na propriedade de terras, nos rebanhos e nos estoques de alimentos, além de portarem as armas vistas nas tumbas e terem o cavalo, signo de prestígio associado ao comando. Segundo alguns pesquisadores, as primeiras sociedades complexas, criadas em torno da emergência de líderes tribais ou da organização de um Estado, são frutos dessas transformações.

O COMEÇO DO COMEÇO

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, encontraram cerca de 3 milhões de indígenas que ainda viviam uma transição do paleolítico para o neolítico. Eles dependiam da caça, da pesca e da coleta e usufruíam de uma agricultura ainda rudimentar. Desconheciam o comércio, e cada tribo produzia o necessário para a própria sobrevivência, sem depender da troca de produtos com outros grupos. Na taba, a divisão do trabalho se fazia por critérios sexuais ou etários. Ou seja, havia tarefas específicas realizadas pelas mulheres e pelos homens, bem como tarefas infantis, de adultos e de velhos.

Os homens cuidavam da guerra, da caça, da pesca, da liderança tribal, das relações externas, da construção das estruturas físicas da aldeia, das canoas e das armas, de certos tipos de arte e ornamentos corporais, da produção do fogo, dos ritos xamânicos que incluíam práticas medicinais e da derrubada das matas para lavouras. Às mulheres cabiam o plantio, a colheita, o preparo de alimentos, a fabricação de utensílios domésticos, tecidos e adornos, a preservação do fogo, a limpeza e a organização das ocas, a criação de animais, o cuidado inicial da prole e dos mais velhos e certa colaboração na caça e na pesca. Mulheres tinham um pesado fardo em múltiplos trabalhos, pois delas dependia parte essencial do sustento da tribo e, sobretudo, o de seu companheiro. Padre José de Anchieta, jesuíta espanhol e um dos fundadores das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, chegou a dizer que, entre os povos indígenas que conheceu, se um homem não tivesse mulher, poderia ser considerado um pobre coitado.

É bom não esquecer alguns aspectos importantes da vida dos povos indígenas antes da chegada dos europeus. Os casamentos serviam para estabelecer

alianças entre aldeias e reforçar laços de parentesco e eram proibidos entre filho e mãe, irmão e irmã, pai e filha – mas, ao contrário do que acontecia na Europa, tios podiam desposar sobrinhas. As regras, em geral, eram bem simples: desejando se unir, o homem se dirigia a uma mulher e perguntava sobre sua vontade de casar. Se a resposta fosse positiva, pedia-se a permissão do pai ou do parente mais próximo. Permissão dada, os “noivos” se consideravam “casados”. Não havia cerimônias, e, se ficassem fartos do convívio, consideravam a relação desfeita. Ambos podiam imediatamente procurar novos parceiros. Embora houvesse homens que, aborrecidos com o andar do casamento, apresentassem suas mulheres a outro homem, os índios tratavam muito bem suas companheiras: protegiam-nas, andavam com elas dentro e fora da aldeia, lutavam com inimigos dando chance às mulheres de escapar. Quando os casais brigavam, podiam espancar-se mutuamente, sem interferência de terceiros. O adultério feminino causava horror, e o homem enganado podia repudiar, expulsar e mesmo matar a mulher que tivesse cometido essa falta; quando as mulheres engravidavam na relação extraconjugal, a criança era enterrada viva, e a adúltera, trucidada ou abandonada na mão de rapazes. Antes do casamento, porém, havia grande liberdade sexual: as moças podiam manter relações com rapazes índios ou europeus sem que isso lhes provocasse desonra. Depois, casavam-se sem nenhum constrangimento ou temor de castigos por parte do companheiro. Não há notícias de cacicados na mão de mulheres: ou seja, os chefes de tribos eram sempre homens.

Vejamos, agora, como o patriarcalismo se instalou entre nós. No início da colonização, não havia mulheres europeias suficientes para constituir famílias; e, nesse panorama, uma das soluções foi os europeus se juntarem às índias da etnia tupi, das quais muitas se entregavam aos brancos, uma vez que os índios consideravam normal a poligamia. Os tupis, com a finalidade de estreitar laços políticos, tinham o costume de oferecer uma mulher a todo estranho que fosse viver entre eles. Assim, Paraguaçu, filha do chefe Taparica, uniu-se a Diogo Álvares Correia, também conhecido como Caramuru. Viveram juntos, e o português tornou-se o chefe de extensa linhagem de mamelucos. Bartira, ou “flor de árvore”, posteriormente batizada sob o nome cristão de Isabel Dias, foi a companheira de João Ramalho, que viveu entre os tupiniquins, adotando muitos dos usos e dos costumes de seu povo. O povoamento do planalto de Piratininga, hoje São Paulo, deveu-se à extensa prole de Bartira. Sua filha, Joana Ramalho, casou-se com um dos mais influentes homens da capitania, o capitão-mor Jorge Ferreira. Já na capitania de Pernambuco, Jerônimo de Albuquerque, prisioneiro dos caetés, foi poupado da morte por interferência da “princesa do Arco Verde”, ou Maria do Espírito Santo, com quem teve oito filhos. Uma de suas filhas, Catarina,

casou-se com o florentino Felipe Cavalcanti, dando origem à influente família Cavalcanti de Albuquerque.

Graças ao convívio com indígenas, os europeus aprenderam a plantar milho, inhame, abóbora e feijão, a fazer uso de fumo e a preparar a mandioca. Dormiam em redes fiadas pelas companheiras e gostavam de tomar banho de rio. As crianças nascidas desses “amancebamentos” eram chamadas “curibocas”. Para os brancos, eram “mamelucos”.

Branco e índias continuaram se amancebando até a chegada de um novo grupo: africanos escravizados. As africanas engrossaram as corriqueiras “uniões à moda da terra”. De onde vieram? Das Áfricas, como explica o africanólogo Alberto da Costa e Silva. De lá, mulheres de culturas diferentes deram contribuições diversas para o Brasil. Saídas da região de Angola, Nigéria, Congo, Gabão e Togo, entre outras, contribuíram com idiomas, tradições e saberes para a adaptação das gentes à terra. Sua presença se vê na organização da família, na música, na religião, na comida e na língua. Os portugueses, porém, já estavam familiarizados com as mulheres negras, que, desde o século XV, eram enviadas para Portugal. Trabalhando como escravas em serviços domésticos e artesanais, acabavam se amancebando ou se casando com homens brancos, que, segundo Gilberto Freyre e confirmado por teses recentes, eram fascinados por elas, que encarnavam a sensualidade e a disponibilidade para o sexo. Não poucos senhores escolhiam para constituir família escravas a quem protegiam, bem como a seus filhos, como demonstrou a historiadora Adriana Reis Alves, por exemplo.

Embora o continente africano não forme um bloco uno, as escravizadas vinham de nações organizadas em clãs, onde a poligamia era corrente e onde viviam submissas aos códigos de conduta de uma sociedade hierarquizada, estruturada segundo rígidos padrões de comportamento e tradições religiosas. Nelas, o chefe poderoso era aquele que sabia amparar generosamente, reunindo todos os membros de uma família numerosa. Privilégios e poderes ficavam nas mãos dos homens, cuja importância era definida pelo número de filhos que engendrassem. “Papai”, ou *Bigman*, era o chefe. Cada um poderia ter quantas esposas conseguisse sustentar, e cada esposa viveria na única perspectiva da maternidade, tão valorizada quanto o vínculo entre as pessoas e os espíritos ancestrais. A arte tradicional não deixa mentir: inúmeras esculturas demonstram que o papel de mãe-esposa era fundamental. Ao ter várias mulheres sob seu teto, o patriarca era tratado como grande senhor, enquanto as esposas se engalfinhavam para atrair sua atenção e seus sentimentos.

Não faltaram, no vasto continente africano, sociedades cuja transmissão de propriedades, nomes de família e títulos provinham da linhagem materna. O termo “mãe” designava não apenas a mãe biológica, mas suas irmãs e as outras

esposas. Significava também o irmão da mãe. A ele cabia lugar central no cotidiano e na educação dos sobrinhos. Ao contrário do mundo ocidental, quando se casava, era a mulher que recebia uma garantia em forma de dote, oferecida pelo futuro marido. Ela era a dona da casa no sentido financeiro do termo. Ela dispunha e regulava a distribuição de alimentos para todos, e o marido sequer podia tocá-los sem seu consentimento. Muitas mulheres foram chefes de clãs e de vilarejos, dirigiram migrações ou formaram esquadrões durante as guerras. Outras compunham a guarda do rei do Daomé, atual Benim. Não faltaram rainhas guerreiras como Yaa Asantewaa, do Império Ashanti (atual Gana); Ana Nzinga, que reinou em Ndongo e Matamba (atual Angola); ou Sarraounia, da comunidade azna (atual Níger) – todas idealizadas por feitos e lendas que permanecem na memória e no folclore.

O historiador e antropólogo senegalês Cheikh Anta Diop afirma que nas sociedades africanas as mulheres tinham poder político, econômico e religioso. Entre bantos, da região do Congo, era a mãe que dava identidade étnica e social aos filhos. Ela era a base e a garantia da sociedade. Um mar de rosas para nossas avós africanas? Não. A excisão do clitóris e dos pequenos lábios garantia que o prazer fosse privilégio masculino. A infibulação, procedimento que deixava menor o orifício para a passagem da urina e do sangue da menstruação, gerador de infecções e dores, também era uma tentativa de controlar a sexualidade feminina, associada às ideias de pureza, modéstia e estética – e era, até mesmo, vista como motivo de honra em alguns grupos. Os maus-tratos físicos e as surras eram tão frequentes quanto em qualquer lugar onde houvesse um homem violento, segundo demonstrou [o romancista nigeriano] Chinua Achebe. Se a mulher ficasse viúva, era preciso provar por meio de ritos e costumes sua inocência na morte do marido.

Muitas escravizadas vinham ao Brasil saídas de nações importantes, cujas capitais eram centros comerciais ativos, pelos quais passavam gente da Europa e da Ásia. A escravidão não era assunto desconhecido delas. Ao contrário, antes de se tornar o desumano tráfico transatlântico, era comum a escravidão por guerra, crimes cometidos, adultério ou dívidas. Nesse processo, a evolução das sociedades, a importação do monoteísmo – notadamente o islã – e a colonização empurraram o poder ainda mais para o lado dos homens.

Como explicou o historiador Roquinaldo Ferreira, o tráfico que cruzava o Atlântico provocou mudanças nos costumes. À medida que os poderes locais se fortaleceram, multiplicaram-se as guerras; e a introdução de álcool, tecidos e armas gerou um quadro de instabilidade que facilitou mais e mais escravizações. Depois de atravessar o Atlântico em “navios negreiros” ou “tumboiros”, as escravizadas logo aprendiam a se mover e a se organizar no Novo Mundo.

Todas iguais? Nunca. Elas representavam culturas diferentes que aqui se misturaram – não sem atritos identitários. Todas, porém, trouxeram na bagagem tradições patriarcais que, mescladas às que encontraram por aqui, entre indígenas e brancos, geraram uma cultura miscigenada, em meio à qual homens e mulheres reproduziam as coisas que tornavam a vida possível e digna.



Planeta

A VIAGEM DO PATRIARCALISMO

“Igualdade” é uma palavra nova para pensar a relação entre os sexos. Se olharmos no retrovisor da história, veremos que muita água passou debaixo da ponte e que, durante séculos, acreditou-se numa natural desigualdade entre homens e mulheres. Para filósofos como Platão ou Aristóteles, por exemplo, a inferioridade do sexo feminino era tida como normal. Se alguns sentiam embaraço em justificar a escravidão do homem pelo homem, a sujeição da mulher, contudo, lhes parecia natural. Entre o século XII e o XVIII, a desigualdade se baseava em outro argumento: a Igreja identificou nas mulheres uma das formas do mal na Terra. A literatura as descrevia como diabo em forma de gente. Os mistérios da fisiologia feminina, ligados aos ciclos da lua, ao mesmo tempo que seduziam, repugnavam os homens. Eles procuravam uma responsável pelo desaparecimento do paraíso terrestre e encontraram: não foi tudo culpa de Eva? Como não desconfiar de um ser cujo maior perigo consistia num sorriso? Mal magnífico, prazer funesto, venenosa e traiçoeira, a mulher era acusada pelo outro sexo de ter introduzido sobre a terra o pecado, a infelicidade e a morte. Pandora grega ou Eva judaica, a mulher cometera o pecado original ao abrir a caixa que continha todos os males ou ao comer do fruto proibido. A caverna sexual tornava-se, assim, “uma fossa viscosa do inferno”, explica o historiador francês Jean Delumeau.

Como já observei anteriormente, na Idade Moderna, a religião projetava sobre a sexualidade feminina uma luz, revelando que era lugar de conflito, começado nas origens do mundo, entre as forças do maligno e a potência de Deus. Segundo essa forma de pensar, a mulher se encontrava imersa numa feminilidade cuja significação aparecia numa perspectiva escatológica. Culpada pelo

despojamento de tudo de bom quando da expulsão do paraíso, só lhe restava dedicar-se a pagar seus pecados pela contemplação de Deus, pela continência e pela domesticação de seu desejo. Aqui, vale reiterar que a ideia da menoridade da mulher não era prerrogativa do mundo ibérico. Ao contrário: trata-se de uma constatação identificada em outras culturas, ou seja, os destinos femininos estavam inextricavelmente ligados a determinados sistemas religiosos.

No protestantismo, ao mesmo tempo que Lutero divergia da ortodoxia católica em seu inequívoco suporte ao casamento, ele não divergiu da visão da Igreja católica da mulher como ser inferior, útil apenas para a reprodução. E concordou com São Tomás de Aquino ao considerar que elas eram seres defeituosos aos quais faltava alguma coisa. Para Lutero, as mulheres haviam sido criadas somente com o propósito de servirem aos homens e ser suas ajudantes. A desigualdade na questão da autoridade era uma estrutura mental enraizada também no mundo protestante. Não faltaram, na Europa do Norte, como no mundo ibérico, manuais orientando-as a obedecer ao marido, jamais dispor de seus bens sem consentimento dele e não se levantar da mesa sem sua anuência. A despeito desses dispositivos coercitivos, não faltaram mulheres que rompessem com padrões.

Da Europa, os primeiros colonizadores trouxeram para cá a desconfiança ante a mulher e o sentimento de que a ela cabia obedecer ao homem. Trouxeram, também, o modelo patriarcal: clãs cujos membros se submetiam ao marido, ao pai ou ao patriarca. Nada muito diferente do que se via na África ou na Ásia. Junto veio, ainda, uma maneira particular de organizar a família: pai e mãe casados perante a Igreja. No Ocidente cristão, por volta do ano 1000 d.C., a Igreja impôs o fim da poligamia, que, como na África, também na Europa era signo de poder, e o matrimônio passou a reinar. Codificado por regras, impregnou toda a sociedade. A doutrina se elaborou aos poucos. Afinal, era preciso integrar gente de costumes e tradições muito diversas, como veremos. E o mais difícil era definir um papel para a sexualidade dentro do sacramento. Necessário para a procriação e, portanto, um bem, o ato sexual era visto como luxúria. Um pecado.

Ao chegar ao Novo Mundo, o sacramento já correspondia aos ideais definidos pela Igreja católica no Concílio de Trento: deveria servir como instrumento na luta contra a Reforma protestante e na difusão do catolicismo. Apenas neste tipo de família – a abençoada pelo matrimônio – seria possível educar os filhos no âmbito cristão, movimentando uma correia de transmissão pela qual passariam, de geração em geração, as normas e os valores da Igreja católica, que buscava universalizar suas normas para o casamento e a família.

Enraizado no Nordeste e usado por vários pesquisadores, esse modelo familiar teve como primeiro intérprete Gilberto Freyre. Suas bases foram a grande

propriedade rural e a escravidão. Seguido por muitos intelectuais – como Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Antonio Candido, entre outros –, Freyre afirmava que a família patriarcal brasileira era uma organização privada maior e mais forte que o próprio poder público, estabelecendo, sustentando, premiando e punindo com mais eficiência que o Estado português. E era enorme – incluía filhos, bastardos, afilhados, parentela, agregados. Seu sucesso lhe teria permitido persistir durante o século XIX (em alguns lugares do Brasil, persistir até hoje). Longe do olhar do Estado, gestavam-se relações de dependência entre os membros da família e o patriarca. E a presença de violência doméstica só acentuou a dependência da mulher em relação ao homem. Além disso, a separação entre poder público e poder privado fez com que essa violência fosse ignorada até bem recentemente. Há quem diga que na família patriarcal a mulher era uma escrava. Não foi bem assim.

Nos anos 1990, o historiador Ronaldo Vainfas deu um passo à frente na tese de Freyre, com uma interpretação adotada por quase toda a sua geração: não era o tamanho que definia a família patriarcal, e sim o poder por ela exercido. Assim, se a dominação masculina era regra geral, ela não excluía, na prática, a existência de homens dominados por mulheres nem a existência de mulheres livres. Vale lembrar, porém, que conceitos não dão conta da complexa realidade – e “patriarcalismo” é um deles.

Vários acontecimentos marcaram, então, o perfil do país. Teve início o desembarque das “órfãs do rei”, meninas sem família enviadas para se casar com imigrantes estabelecidos no Novo Mundo, e, junto, chegou o que o donatário Duarte Coelho chamou de “peçonha”: os degredados, elementos que ameaçavam a paz social no reino – entre eles, várias mulheres. A visionária Maria da Cruz, as ladras Isabel da Silva e Maria Dias, a bígama Brites da Silva, algumas cristãs-novas como Maria Cordeiro e sua mãe Escolástica, a feiticeira Maria Silva e algumas ciganas, entre tantas outras que, unidas a mamelucas, índias e algumas poucas europeias, deram o chute inicial para movimentar a colônia. A seguir, houve a instalação da agromanufatura do açúcar e a importação de milhares de escravos africanos para trabalhar nos engenhos que se espalharam pelo litoral. Depois veio a expansão territorial dos séculos XVII e XVIII, motivada pela descoberta das minas de ouro e da pecuária. A partir de meados do século XVIII, teve início a urbanização nacional.

Essas diferentes situações históricas promoveram enormes ondas migratórias que obrigavam as pessoas a se locomoverem da costa para o interior da colônia, em busca de trabalho e ocupação. Tais deslocamentos bruscos alteravam a estrutura demográfica das populações, incentivavam o aparecimento de formas diferentes

de família, que seriam o reflexo das realidades econômicas, sociais e culturais de cada região, e, dentro delas, implicavam papéis diversos para as mulheres.

Para estudiosos, a família marcou o início do processo de colonização. Segundo esse ponto de vista, a soma da tradição patriarcal portuguesa com a colonização agrária e escravista teria resultado no patriarcalismo brasileiro. Tanto no interior quanto no litoral, era o patriarca que garantia a união entre parentes, a obediência dos escravos e a influência política de um grupo sobre os demais. Uma grande família reunida em torno de um chefe forte e temido impunha sua lei e sua ordem nos domínios que lhe pertenciam. Instalada em geral em engenhos ou fazendas, ela se concentrou na área rural até o século XVIII. O “senhor” cuidava dos negócios e aparentemente tinha absoluta autoridade. Sua influência era enorme e se estenderia, muitas vezes, às famílias do mesmo tipo, localizadas em regiões próximas.

A singularidade da família patriarcal é que ela não se restringia ao trio pai, mãe e filhos, mas incluía outros parentes, filhos ilegítimos ou de criação, afilhados, empregados e amigos com quem se tinha uma relação de compadrio, além de agregados e escravos. Havia uma relação de dependência e solidariedade entre os integrantes. Vale destacar que estudos africanistas vêm comprovando que esse não é um modelo exclusivamente ibérico, mas africano também. Do outro lado do Atlântico, existia a casa-grande com papai, ou grande homem, mulher, concubinas, filhos, escravos domésticos e de oito.

E quando não havia o tal chefe ou o tal patriarca? Havia chefas ou matriarcas, que subvertiam o mito da mulher impotente e frágil ao qual estamos acostumados – pensemos, por exemplo, em Brites de Albuquerque, mulher de Duarte Pereira, a quem foi doada pelo rei de Portugal a capitania de Pernambuco, então chamada de Nova Lusitânia, e que assumiu o comando das terras depois da morte do marido, transformando-as nas mais rentáveis da colônia, ou em outras que, com a subdivisão das capitanias hereditárias em sesmarias, encarnaram o poder sobre terras, homens e culturas. Exemplos podem ser encontrados em plantas divisórias das sesmarias e em cartas de doação, também conhecidas como “datas”. Em um mapa sobre o atual estado do Rio de Janeiro, há evidência de pelo menos três delas doadas a mulheres, maiores que as sesmarias de vários sesmeiros. Outros exemplos são as datas de doação como as de dona Portazia de Bitancourt no atual estado de Tocantins; ela, ao se tornar viúva, foi capaz de recuperar domínios que antes pertenciam a seu pai, ex-governador. Ou as de Luiza de Lima Camello, da Paraíba, cujas terras lhe foram doadas em 1720 para criação de gado. Ou as poderosas “mulheres da Casa da Torre”, como eram chamadas Leonor Pereira Marinho e Catarina Fogaça, administradoras do morgado fundado por Garcia d’Ávila, capazes de governar um império de terras como as

de César nas conquistas romanas – enviavam procuradores para cobrar rendas, vigiavam as fronteiras, tratavam com os índios, auxiliavam os padres franciscanos e perseguiram os jesuítas; enfim, mandavam e desmandavam, encasteladas em sua fortaleza de Tatuapara, na praia do Forte, na Bahia.

Havia donas de terras e donas de águas, como relatou, ao subir o rio Amazonas, o viajante alemão Robert Avé-Lallemant sobre certa dona Maria. A mulher “incomumente robusta, bem parecida, rindo gostoso”, vivia havia tempos no canal de Tajapuru com seu companheiro “mais escuro”, sendo naquelas paragens bastante conhecida. “Dona Maria era o que se poderia chamar de senhora dos rios, já que remava sozinha por todos os pequenos igarapés para vender seus artigos ou trocá-los, e deve ter juntado assim uma fortuna. Para maior segurança, leva sempre consigo uma espingarda carregada e um grande facão; conserva-os junto dela na rede, quando dorme. [...] Quase ninguém passa pelo canal do Pará para Manaus que não conheça a célebre amazona dona Maria, do canal de Tajapuru, e não mostre grande respeito pela corajosa figura.”

Como dito, as dimensões continentais do Brasil não resultaram num tipo único de família. Em várias localidades em que os homens tinham partido em busca de melhores condições de vida ou morrido, as mulheres, chefes de família, eram maioria. Foi o caso de São Paulo no século XVIII, por exemplo, onde cresceu o “matriarcado da pobreza”, forma de organização familiar caracterizada pela quase ausência de escravos, mas pela presença de agregados e filhos que podiam ter pais diversos – forma replicada no Nordeste séculos depois. Nessas famílias, a autoridade maior era também a mais velha: a avó ou a mãe. Sua liderança amparava dificuldades e diluía conflitos, e uma teia de relações de vizinhança ajudava na luta pela sobrevivência. Espaços comuns como os rios onde se lavava roupa, a cozinha ao ar livre, quintais vizinhos e o hábito de conversar de cócoras permitiam a troca de informações, de receitas para doenças, de maledicências e de gestos de solidariedade. Como bem disse a historiadora Maria Odila Silva Dias, era justamente sob o comando econômico e moral de mulheres mais velhas que tais lares tornavam possível a preservação dos valores e tradições, diante da desordem criada pela indigência.

Sozinhas e à frente da família, as mulheres sobreviviam e cuidavam do pequeno comércio, da lavoura, da plantação e dos animais domésticos. Também prestavam serviços de lavar, costurar, tecer, bordar, fiar panos grosseiros, fazer doces ou pães, tingir, plantar ou se prostituir. Algumas, mais abastadas, eram fazendeiras, comerciantes de escravos e de tropas que transportavam, para o interior, produtos comprados no litoral. Afrodescendentes que se estabeleciam

por conta própria também tinham escravas e agregadas. Trabalhando em casa ou na rua, as mulheres ajudavam na sobrevivência de filhos e dependentes e eram membros destacados da economia informal então existente. Em regiões que receberam número importante de escravos, a tradição de etnias matrilineares herdadas do Congo e de Angola reforçou a maneira pela qual pardas e negras estabeleceram famílias, domicílios e negócios.

Um dos primeiros observadores da vida independente, sem clausura, em que as mulheres conduziam os próprios negócios, empreendimentos e ações judiciais, foi o francês Pyrrard de Laval, em passagem pela Bahia em 1611. Impressionado, ele anotou em seu diário: “Travei conhecimento e fiz amizade com outra jovem portuguesa, uma nativa do Porto, chamada Maria Mena, que dirigia uma das melhores tabernas da cidade, e não me faltou comida nem bebida, pois de tudo ela me dava quando precisava, com o conhecimento do marido, suprindo-me também de dinheiro para pagar-lhe mais tarde. Chamava-me de meu ‘camarada’”.

Contrastando com a fragilidade social, tais famílias permitiam que as matriarcas traçassem agendas: casavam filhos e filhas interferindo na escolha do cônjuge, controlavam o dinheiro com que cada membro colaborava para o domicílio, punham em funcionamento redes de ajuda mútua, agiam (sozinhas ou em grupo) quando tinham seus interesses contrariados, eram capazes de reunir agregados armados para acertar contas com desafetos e tinham poder de vida e morte sobre os seus. Um exemplo extremo é o de Ana Teresa, moradora de Guarulhos, São Paulo, acusada de matar dois netos recém-nascidos. A um deu de beber ervas venenosas; do outro torceu o pescoço. Por quê? A filha era “idiota”, não teria como ampará-los.

Nas famílias de linhagem matriarcal havia espaço para sentimentos, os quais representam material de estudo de historiadores e se expressavam nos cuidados com o futuro incerto de seus dependentes. Expressões como “amor a meus filhinhos” aparecem com frequência nos testamentos da época. E esse amor podia embalar tanto os filhos legítimos quanto os de criação. No Rio de Janeiro, em dezembro de 1755, Serafina de Oliveira, viúva do capitão Estevão de Barcelos Machado, fez questão de registrar as alforrias condicionais das duas filhas que o marido teve com a escrava Joana, as mulatinhas Ana e Bárbara. Ela as reconheceu oficialmente como filhas do marido “por não ser justo que servissem a pessoa alguma e pôr as haver criado com muito amor”.

Em São Paulo, em testamento de 1647, Maria Pompeu legava a Izabel Furtado, “filha bastarda de meu marido, meu vestido de tafetá, chapins (sapatos) e manto de seda e uma cabaça de ouro e ramais de corais”. Também em testamento, Francisca de Souza e Silva reconhecia seus bastardos: “Dois filhos havidos de coito punível e reconhecidos por escritura pública de sua livre vontade

e amor materno”. O amor materno esteve presente, e o papel da matriarca era manter, zelar e educar seus dependentes. Tendo isso em vista, percebe-se que a gestão da microcomunidade familiar em suas mãos esvaziava a tão comentada desigualdade entre os sexos.

A grande preocupação das mães era a possível educação dos filhos. Possível, pois não havia escolas. Elas eram as mestras das primeiras letras e das primeiras orações. Não por acaso, leem-se, nos testamentos da época, pedidos como o que fez certa Beatriz Moreira à curadora de seus filhos, a viúva Bárbara Ribeiro: “Mandasse ensinar os machos a ler e escrever e contar e as fêmeas a coser e a lavar e todos os bons costumes”. Para além dos cuidados materiais, as crianças recebiam os espirituais. Compêndios de doutrina católica circulando no Brasil colonial recomendavam a mães e amas que se empenhassem “em fazer com que os mínimos que criam pronunciem antes de tudo os santíssimos nomes de Jesus e Maria. Depois de levantados, quando tiverem algum conhecimento, os mandem beijar o chão e que, prostrados por terra, lembrem-se do inferno aonde vão as crianças que fazem obras más e lhes expliquem o horror do fogo do inferno”.

O cardápio de práticas religiosas servido na pequena infância atendia a uma pastoral difundida em larga escala na Europa e na América portuguesa. Ele incluía o hábito de dar o nome do santo de proteção que presidisse o dia do nascimento ou do batismo aos filhos, bem como o de ter Nossa Senhora ou santos de devoção por padrinhos e madrinhas de batismo. Cabia à mãe educar seus filhos de forma cristã. Dela viriam os valores e as tradições do catolicismo.

Muitas mulheres eram sozinhas, mas nem sempre ficavam sós – uma das características das casas chefiadas por pobres, instaladas, sobretudo, nas áreas de passagem, urbanização acelerada ou mineração, eram as ligações transitórias ou consensuais. Viver numa família em que faltaram a bênção do padre e o casamento na igreja não significava viver na precariedade. As ligações então chamadas de “concubinatos” podiam ser bastante estáveis.

Em São Paulo de meados do século XVIII, por exemplo, a preta forra conhecida como Mãe Clara viveu com o sargento-mor Francisco da Rocha Abreu durante mais de dez anos. Eles coabitavam e educavam os filhos como se fossem casados, e Francisco era conhecido pelos vizinhos como “marido de Mãe Clara”. Em Curral del Rei, a escrava Ana Angola assistia à missa com seu companheiro, o alferes José Pereira da Costa. Até padres se concubinavam: em Sabará, a parda Thereza Flores andava de “portas adentro” com padre José Barreto. Como em tantos casais que encontramos na documentação histórica, havia consenso entre os companheiros. E havia divisão de papéis e partilha de tarefas. O precário e instável era a situação material dessas famílias, mas a estima, o respeito e a solidariedade tiveram vez.

Ao mesmo tempo, filhos, mesmo os concebidos fora do matrimônio religioso, não ficavam desamparados. Ana Maria de Jesus, que por “fragilidade da carne” tivera três filhos com Antônio Manuel, ouviu no leito de morte do companheiro que ele lhe deixava duas casas na rua do Rosário, acrescentando: que nelas se instalassem para “viver todos em comum”. A preocupação em dar condições para o casamento das filhas, “dar-lhes estado”, como se dizia na época, era constante. Por isso, não são raros exemplos como o de João de Freitas, que em seu testamento registrou: “Declaro que tenho em minha casa uma mameluca por nome Inês à qual mando 20 mil-réis para ajuda em seu casamento”, ainda rogando a sua mãe que casasse “com toda a brevidade” sua filha bastarda. O casamento, numa sociedade incerta e violenta, era entendido pela Igreja como sinônimo de proteção e segurança.

Tais uniões à moda da terra, nome que se dava então aos concubinatos, originaram milhares de famílias mestiças. Da mesma maneira que as uniões de brancos com índias, as de brancos, mulatos e negros não pressupunham o casamento na igreja. As pessoas se escolhiam porque se gostavam, passando a trabalhar juntas e a ter filhos. Muitas delas só no fim da vida recorriam à igreja para se casar, pois tinham medo de ir para o inferno. Então chamavam um padre, pediam a extrema-unção e confessavam o pecado de ter vivido em concubinato. A inexistência de anticoncepcionais eficientes refletia no fato de as pessoas terem muitos filhos, dos quais nem todos sobreviviam, pois as condições de vida eram árduas, e a falta de higiene e as doenças matavam muitas crianças antes de um ano. Punição para os concubinários? Recusa dos sacramentos e proibição de assistirem à missa, raramente a expulsão da comunidade depois de denunciados ao bispo.

O sacramento do matrimônio, embora estabelecido pelo Concílio de Trento no século XVI, só passou a existir na América portuguesa em 1707, com a publicação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Porém, após dois séculos de arranjos matrimoniais informais, as dificuldades para a constituição de matrimônios seguindo os preceitos católicos e burocráticos persistiam – aliás, elas se acentuaram em função dos altos custos implicados em um casamento formal, o que restringia a celebração oficial para colonos pobres e escravos. Foi justamente o arranjo familiar de geração espontânea que se impôs, sobretudo em função da miscigenação, que fez parte da realidade de todas as categorias sociais e levou a diferentes formações familiares. Embora condenada pelas autoridades civis e pelo clero, a miscigenação difundiu-se e passou a ser a grande marca da colonização, como explica a historiadora Suely Almeida.